

Por que não aproveitar essa oportunidade? (Economia Brasil)

Desde o primeiro momento da crise de liquidez internacional que se abateu sobre o Brasil temos dito aqui, de maneira clara, que a nosso ver as negociações entre banqueiros privados e autoridades econômicas brasileiras eram importantes, mas não o mais importante. A verdadeira solução, aquela que de fato pode acender uma luz no final do túnel, como se diz, é de natureza política e precisa ser encetada entre governos.

As fórmulas que têm sido encontradas até agora, com o Fundo Monetário Internacional e com os nossos credores privados, parecem satisfatórias a curto prazo, mas são obviamente contraditórias e autodestruidoras a prazo médio e longo. Por outro lado, uma coisa que também temos dito é que o governo brasileiro se tem mantido em posição passiva, quase que à espera de que algo diferente e benéfico aconteça, sem tomar nenhuma iniciativa a esse respeito.

O leitor dirá que não é verdade, pois tivemos uma grande agitação ministerial nos últimos tempos, com todas as nossas autoridades da área financeira procurando e ativando contatos. Sim, mas o resultado dessas negociações, a nível burocrático e não político, é aquele que se refletiu até mesmo nos últimos pronunciamentos do presidente Figueiredo à Nação: os programas por nós acertados com os credores poderão dar certo, neste ano, caso a economia americana e a mundial se recuperem. Os funcionários do nosso governo sabem disso, os banqueiros sabem disso e os governos estrangeiros sabem disso. E isso é o que nós denominamos uma posição passiva, isto é, à espera de acontecimentos que não dependem de nós.

Ontem, numa longa entrevista que aqui publicamos, o prof. Celso Furtado expunha de maneira brilhante teses notavelmente próximas das nossas e com a habitual clareza que tem caracterizado o seu pensamento.

Dizia ele que os governos dos países credores se estão coordenando entre si, na busca de uma política comum para enfrentar o problema mais imediato da liquidez e também problemas estruturais da economia internacional. Os bancos particulares internacionais, que durante os últimos dez anos cumpriram formidável papel de reciclagens de liquidez, estão também cada vez mais coordenados entre si, tendo recentemente criado até um instituto específico para analisar e harmonizar as relações, que cada um deles mantém com países devedores. Assim, pensa o prof. Celso Furtado, como nós também, que está faltando a terceira perna do tripé se organizar e se coordenar, ou seja, os principais países devedores procurarem, em bloco, entender-se com as duas outras partes interessadas na questão — os bancos privados e os governos dos países credores.

Não se trata, como dizem alguns críticos da idéia, com o objetivo óbvio de desmoralizá-la, de formar nenhuma Opep de devedores. Não se trata, em absoluto, de organizar uma entidade para oficializar o calote. Trata-se de procurar em conjunto, e em alto nível, uma conciliação dos interesses das três partes, no sentido de: 1) manter a liquidez corrente e evitar a inadimplência total dos grandes devedores; 2) criar condições para que estes tenham a receita necessária a honrar seus compromissos sem ter de destruir, numa recessão, os investimentos feitos até agora com o endividamento.

Ora, as fórmulas que têm sido acertadas com os credores, como diz muito bem o prof. Furtado, resumem-se em rolar o pagamento do principal e dos juros, mas a um custo cada vez maior. Quer dizer, em última análise, países como Brasil, México, Argentina, Nigéria etc. estão aumentando o valor total de suas dívidas, aumentando o valor

Trata-se, portanto, apenas de trabalhar diplomáticamente para que essas idéias terminem por prevalecer o mais rapidamente possível e produzam resultados práticos no menor prazo possível.

Por isso não chegamos a compreender a falta de iniciativa diplomática do Brasil desde que o presidente Figueiredo fez seu discurso na ONU.

A oportunidade está à vista, mormente agora, quando se aproxima a data em que se reunirão, em Williamsburg, os representantes dos governos dos sete países mais ricos do mundo, com a disposição de encontrar uma solução para o problema da crise financeira internacional.

absoluto e relativo do serviço dessas dívidas e, em virtude da política recessiva exigida pelos credores, reduzindo suas respectivas capacidades de saldar compromissos. É o caso, portanto, de se perguntar de que modo essa gente toda pretende ver o problema resolvido se na verdade as fórmulas até agora engendradas tendem a ampliar as possibilidades de inadimplência e não a reduzi-las?

Essas fórmulas, é claro, agradam aos bancos, mas revelam ao mesmo tempo a proverbial estreiteza de visão dos banqueiros, pois resumem-se em chutar para mais adiante um imenso problema econômico-internacional e suas consequências políticas-sociais.

É claro para nós, como para qualquer pessoa lúcida como o prof. Furtado, que a verdadeira solução tem de consistir, forçosamente, numa distribuição equitativa de sacrifícios. Certamente, os países devedores têm que se conformar com uma política de austeridade e de menor crescimento (o que não quer dizer crescimento negativo); os governos dos países credores têm que estar dispostos a explicar a seus contribuintes de que modo eles precisam pagar uma parte da conta; e, finalmente, os bancos privados devem aceitar certas perdas inevitáveis, explicando isso aos seus acionistas e continuando a operar apesar disso.

Ora, tudo isso só pode ser analisado, avaliado e posto em prática num grande acordo que é muito mais de natureza político-diplomática do que econômico-financeira.

O prof. Furtado nota bem, como também já tínhamos notado, que da parte do governo brasileiro a questão já deveria estar sendo conduzida e orientada pelo Itamaraty, e não pelos bisonhos personagens que só aprenderam uma única coisa na vida: rolar a dívida a custos crescentes — coisa que qualquer palerma pode fazer, uma vez que é exatamente o que os credores querem que seja feito.

Não se trata, da parte dos devedores, de apresentar nenhuma sugestão nova. As idéias defendidas por Celso Furtado, como ele mesmo confirma em sua entrevista, já conquistaram muitos e importantes adeptos nos países ricos, tanto nos meios financeiros quanto nos próprios governos desses países. (A propósito, leia-se o artigo que publicamos nesta edição, à página 8, do jornalista H. Erich Heinemann, do New York Times.)